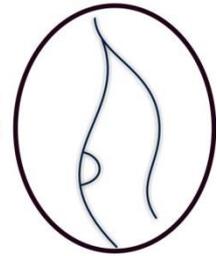




INTERFACE
ISSN 1806-6062



nemad.webnode.com - Interface, Edição número 07, março de 2014.

O camponês, o rural e o agronegócio – diversas abordagens na geografia agrária brasileira

Ana Carolina de Oliveira Marques¹
carol.geografia@hotmail.com

Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva²
rusvenia@gmail.com

Resumo

Este artigo advém da discussão feita no trabalho de mestrado intitulado "Espaço e *Habitus* no sertão goiano: o povoado de Pouso Alto", que subsidiou o levantamento e análise das diferentes abordagens sobre o rural brasileiro na Geografia Agrária. O objetivo principal foi pontuar os elos de ligação entre a realidade socioespacial do país e a leitura acadêmica da questão agrária. Feito isso, dissertou-se sobre as categorias no campo em tempos e espaços do agronegócio. Consultou-se uma ampla bibliografia, composta por livros, periódicos e demais materiais disponibilizados eletronicamente. O estado-da-arte esclareceu as concepções de camponês/campesinato na Geografia, que comparecem nas diferentes correntes epistemológicas dessa ciência, ressaltando, sobretudo, a dimensão política presente nas abordagens e as particularidades do camponês na atualidade.

Palavras-Chave: Geografia Agrária, campesinato, epistemologia.

Resumen:

Este artículo proviene de la discusión de la tesis de maestría titulada "El espacio y *Habitus* en Goiás interior: el poblado de Pouso Alto", que apoyó el estudio y análisis de los diferentes enfoques en las zonas rurales de Brasil en Geografía Agrícola. El objetivo principal fue anotar los vínculos entre la realidad socioespacial del país y la lectura académica de la cuestión agraria. Hecho así que si disertado acerca de la categoría en el campo en el tiempo y en el espacio de la agroindustria. Ha consultado una amplia bibliografía, que consiste en libros, revistas y otros materiales disponibles electrónicamente. El estado-de-arte aclaró los conceptos de campesino / campesinado en Geografía, que vienen de diferentes puntos de vista epistemológicos de esta ciencia, destacando sobre todo la dimensión política presente en los enfoques y las características de los campesinos hoy en día.

Palabras Clave: Geografía Agrícola, campesinado, epistemología.

38

¹ Mestranda do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESAUFG.

² Doutora em Geografia - Professora do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás – CEPAE- UFG.

1. Introdução

Este trabalho é parte da discussão feita na nossa pesquisa de mestrado, na qual analisamos a realidade espacial de um patrimônio rural localizado no Nordeste Goiano: Pouso Alto, no município de Campos Belos. Para uma contextualização que dê sentido ao estado-da-arte aqui apresentado, torna-se necessária uma sucinta explanação do que se concebe como patrimônio rural e sua ligação com a expansão do agronegócio.

A classificação "Patrimônio", que comparece na obra de Murillo Marx (1991), deve-se à formação jurídica que originou povoados como Pouso Alto, constituindo-se a partir da "doação" de terras feita por fazendeiros da região. Esses não mais necessitavam de mão de obra fixa em suas propriedades e, portanto, poderiam contratar trabalhadores temporários que certamente estariam mais subservientes morando nas redondezas dessas propriedades. Mudam-se as forças produtivas e a mecanização das atividades rurais tiram de cena os agregados de fazenda que passam a ser trabalhadores volantes, moradores de pequenos núcleos habitacionais imersos no universo do agronegócio. Esses sujeitos, ex-agregados, são no trabalho em questão, tratados como camponeses, o que demanda maiores explicações.

A existência/permanência/resistência camponesa é contestada noutras tendências epistemológicas, baseadas noutros paradigmas científicos que fornecem, também, outros pressupostos e metodologias de pesquisa. Discutir esse conceito e a dimensão política envolvida nas diferentes abordagens do rural brasileiro é, portanto, fundamental diante de uma necessidade da Geografia como ciência: romper com o empirismo hegemônico que reduz o objeto ao que ele se apresenta de imediato, esforçar-se para uma "cultura" de teorização.

O rural e o camponês são recuperados como categorias de análise que organizam o pensamento e o fazer geográfico. O debate acerca da escolha por uma ou outra concepção pressupõe, assim, que esta é permeada de valores e intencionalidade do próprio pesquisador, informando elementos que transpassam uma questão paradigmática.

Por fim, algumas ponderações, de caráter mais pragmático, dissertam sobre as visíveis distinções entre o sujeito camponês e o moderno produtor agrícola.

2. Concepções e abordagens do rural

A geógrafa Darlene Ferreira (2001), em levantamento dos principais estudos da Geografia Agrária brasileira, apontou o surgimento da chamada Geografia Agrária entre os séculos XIX e XX, juntamente com o desenvolvimento da ciência geográfica. Segundo a autora, como a economia mundial baseou-se por muito tempo, com exclusividade no campo, o enfoque nos estudos rurais era algo "natural" por se conectar a uma vocação espacial do território: a atividade agrícola. Ainda conforme a autora, apesar de muitos viajantes realizarem minuciosas descrições do território brasileiro, somente no final do século XIX, os relatos começaram a incorporar críticas e reflexões acerca do uso e ocupação do espaço rural.

O interesse dos brasileiros pelo conhecimento do território nacional somente aconteceu no início do século XX, em função do incentivo político na década de 1930. Os governantes se atentaram para a necessidade de "descolonização" do conhecimento, que até então estava sob o domínio de instituições estrangeiras. Com o regime militar, a consciência da importância de se conhecer o espaço para nele agir tornou-se ainda maior. A partir daí, muitos estudiosos investiram em pesquisas científicas e a Geografia Agrária iniciou seu processo de autonomia, como aparece no relato de Ferreira:

A necessidade de conhecer e conquistar o território brasileiro – até então mais conhecido pelos estrangeiros que aqui buscaram conteúdo para seus estudos – em função da política de modernização a ser implantada pelo governo federal torna o conhecimento geográfico autônomo e o institucionaliza. (2001, p. 42).

Foi no século XX que o Brasil conheceu as maiores taxas de crescimento econômico, quando os esforços das elites dominantes estavam voltados à inserção do Brasil na produção mundial, baseado num discurso de integração (MARQUES, 2013). Não obstante, a Geografia Agrária esteve atrelada às questões econômicas, especialmente ligadas à produção agrícola.

A modernização das atividades agrícolas chega ao campo trazendo também a racionalização da produção. Em grande parte do território, o cooperativismo que permeava as relações entre proprietários de terras cede lugar à competitividade. A delimitação das propriedades com a construção de cercas ilustra essa crescente ruptura com a tradição camponesa.

Nos trabalhos em Geografia Agrária, a preocupação com a otimização do plantio e da criação de animais direciona os estudiosos às pesquisas de cunho descritivo, fazendo hegemônicas as abordagens positivistas dos fenômenos analisados. Cartografar as diferentes culturas e técnicas agrícolas dispersas pelos territórios tornou-se a metodologia tradicionalmente aceita e considerada suficiente para pesquisas no ramo (MORAES, 1981). O homem visto como um simples componente da paisagem. Nessa perspectiva, ainda sobre o início da sistematização do estudo agrário, Gusmão relata:

Os primeiros estudos vinculados a uma abordagem predominantemente descritiva do espaço rural colocavam grande ênfase na pesquisa direta destinada à observação e compreensão das paisagens rurais. Esses trabalhos predominaram desde o fim da década de 40 até o fim da década de 50 e constantemente eram designados de excursões, relatórios, viagens de reconhecimento e estudos de paisagens rurais, revelando na sua própria denominação, o caráter fundamental do trabalho. (2006, p. 6).

40

A paisagem constituía a principal categoria de análise, estabelecendo vínculos notórios entre a Geografia e o uso e ocupação dos territórios, pois classificara e hierarquizara as condições favoráveis a projetos agropecuários e atuava como ferramenta na gestão territorial. Entretanto, essa dimensão política, determinante nas pesquisas da época, pouco era discutida nos debates acadêmicos.

O interesse especial na Geografia Agrária se deu pela diferenciação das regiões agrícolas, com seus modelos de produção e gêneros de vida. De acordo com Bombardi (2008, p. 99): "A Geografia que se cunhou, naquele momento histórico, teve como marco conceitual central o historicismo", ou seja, a análise do espaço centrava-se na divisão do todo e as partes isoladas "continham" a totalidade, o que do ponto de vista metodológico é retomada atualmente nos chamados estudos de caso, porém, com mais amplitude. A concepção de uma totalidade "estática" subsidiava a formulação de modelos aplicáveis sem discriminação noutras situações e contextos.

No sistema econômico tal visão repercutia numa mesma direção: pouco se discutia sobre a importância da condição espaço-temporal dos territórios na avaliação da viabilidade de modelos de produção importados (MARQUES, 2013).

As modificações na dinâmica socioeconômica do País e também na Geografia começaram com a intensificação do processo de urbanização assistido na segunda metade do século XX, acompanhado e justificado pelo crescimento da atividade industrial. "A partir da década de 1950, o desenvolvimento

do sistema urbano-industrial e a concretização da divisão social do trabalho colocaram a cidade e a indústria como precursores de uma nova realidade econômica.” (FERREIRA, 2001, p. 43).

Já em 1970, no Brasil, uma população majoritariamente urbana (IBGE, 1970) e a rapidez marcante da vida nas cidades, despertada a necessidade de sistematização concreta da Geografia Agrária, já que ela sozinha não mais explicava o momento socioespacial do país. Surgiram novos vetores de investimentos, novas questões sociais, novas elites, novos valores.

Foi também o momento do fortalecimento da ideologia de superioridade do modo de vida urbano. A inversão de valores espaciais atingiu, sobretudo, os sujeitos rurais como os moradores de Pouso Alto. Segundo seus depoimentos, percebeu-se a valorização do discurso em que os conteúdos e espaços urbanos faziam alusão ao progresso e desenvolvimento social.

O surgimento e crescimento das cidades acarretou ainda uma série de mudanças no campo brasileiro, tanto nas forças produtivas como nas relações de produção. Mudou a forma e o conteúdo do contrato de trabalho: entre patrão e empregado, a palavra já não basta, torna-se preciso estabelecer contratos especificando direitos e deveres de cada parte (SILVA, 2008). Conceitos como o de “modernização da agricultura” se incorporaram à interpretação do espaço brasileiro com a tentativa de interpretar o movimento que estava ocorrendo: as transformações do meio técnico com vistas a aumentar a produção/produktividade no campo.

Instaurava-se uma nova ordem mundial, na qual grandes empresas iniciaram a conquista de territórios longínquos pelo monopólio da informação (HAERBAERT, PORTO-GONÇALVES, 2006). Pouso Alto é exemplo do poder de alcance dessas novas tecnologias. Segundo Marques (2013), apesar de aparentemente isolado, o povoado compartilha objetos e valores de uma sociedade global. A presença da antena parabólica para potencializar a função televisiva, expandindo o uso de objetos em salas que antes simbolizavam o lugar da oração é demonstração de que as distâncias espaciais são progressivamente superadas, ligando grupos de pessoas e subjetividades.

As décadas seguintes ao fim da guerra fria se caracterizaram pela corrida em busca do conhecimento detalhado dos territórios. Na Geografia, a dimensão prática do conhecimento tinha primazia nos estudos realizados e a exportação dos métodos estatísticos marca a corrente da época, fundamentada no método positivista.

A abordagem do presente acontece, na visão quantitavista, limitando a verdade científica à descrição do objeto. Ele é o objetivamente representado e a riqueza desta esfera está em iluminar questões que a estatística avança, no entanto, soçobra nelas (MORAES, 1979). Nesse sentido, os trabalhos da chamada “Nova Geografia” comumente utilizavam de modelos matemáticos para representar fenômenos geográficos, acreditando ser ideal a aplicação de um mesmo método para as ciências naturais e sociais. Sobre a aplicação da abordagem teórico-quantitativa na Geografia Agrária, diz Gusmão:

Os estudos rurais voltados para um enfoque classificatório, utilizando modelos estatístico-matemáticos caracterizam principalmente o fim da década de 60 e início da década de 70. Nesses estudos é marcante a influência da Comissão de Tipologia Agrícola da União Geográfica Internacional, que procurou sistematizar os conceitos existentes sobre organização agrária e fornecer diretrizes gerais para o desenvolvimento das pesquisas sobre classificação em agricultura. (2004, p. 7).

Os trabalhos sobre o rural concentravam-se, sobretudo, no mapeamento das potencialidades ambientais e na distribuição das culturas, tendo como principais estudos aqueles que retratavam as condições geomorfológicas das paisagens. (GUSMÃO, 2004).

Numa relação paradoxal, juntamente com o crescimento da produção interna e do aumento do prestígio brasileiro nas relações internacionais, surgiram organizados movimentos sociais que lutavam contra problemas existentes desde a colonização brasileira, como a discriminação racial e por gênero (SANTOS, 2009).

À medida que se fortaleciam político e economicamente as elites brasileiras e estrangeiras que no Brasil investiam, crescia também o número de pessoas desqualificadas profissionalmente e desempregadas. A seleção rigorosa do mercado de trabalho formou um exército de reserva de mão de obra sobrevivendo no serviço informal (MARX, 1991). Insegura, a explosão da multidão em grandes manifestações sociais foi inevitável.

Diante da crise social vivida nas ruas, a conscientização política de muitos estudiosos transportou para a ciência a necessidade de se pensar politicamente e intervir diretamente na sociedade. O envolvimento político do cientista fez florescer na ciência uma visão crítica da realidade. "Foi, portanto, na década de 60 que passou a haver uma alteração muito significativa na concepção da geografia, no questionamento de seus pressupostos e, significativamente, a aproximação com a filosofia" (BOMBARDI, 2008, p. 101).

O espaço brasileiro passa a ser compreendido não somente pelos métodos quantitativos, mas aliados a eles, a crítica social. Ao perceber a desigualdade no acesso ao conhecimento, considerado libertador, os geógrafos críticos passaram a questionar as estratégias capitalistas de dissimulação da realidade para a concentração das riquezas nas mãos da minoria. A Geografia Agrária oriunda da corrente crítica incluiu na discussão acerca do rural novos conceitos e expressões. Sobre o assunto, diz Bombardi:

No início da década de 1960 este autor [Orlando Valverde] fala sobre a influência da Economia Política e, fazendo uso de termos como relações de produção, modo de produção e formas de economia, difere de outros autores na interpretação do meio agrário sob a ótica geográfica. Em sua perspectiva, o fundamental da agricultura capitalista está na comercialização. (2008, p. 48).

A comercialização, por sua vez, trazia embutida a discussão da desigualdade de acesso aos bens e serviços sociais, classificando a sociedade em camadas hierarquizadas. Logo, põem-se em jogo os atores e fenômenos que antes permaneciam camuflados, como os intermediários de produção, as ideologias dominantes e a luta de classe. De acordo com Ferreira (2011, p. 54):

A Geografia Agrária, a esta altura, já está consolidada, mas passa por transformações. As novas perspectivas metodológicas e as mudanças na forma de produzir na agricultura deram ao agro nova configuração, que precisa ser compreendida – esta é a preocupação do geógrafo da década de 1970.

Vê-se que a preocupação central dos geógrafos críticos era a de desvendar os mecanismos de classificação social alimentados pela desigualdade produtiva, intrínseca ao sistema capitalista. No Brasil, Orlando Valverde e Ariovaldo Umbelino de Oliveira ficaram conhecidos pelo viés crítico que direcionam suas pesquisas. O primeiro trasladou as escolas de análise, uma vez que, muito antes de existir uma Geografia crítica propriamente definida ele já apresentava este viés em seus estudos.

Ainda sobre essa fase de questionamento político, de levantamento de proposições acerca da questão agrária brasileira, Gusmão afirma sobre o conhecimento produzido então,

[...] caracteriza-se, principalmente, pelo interesse em estudar as transformações do espaço rural, numa ótica de desenvolvimento rural. Essa preocupação, por parte de geógrafos rurais brasileiros, teve início, praticamente há pouco tempo, ou seja, a partir de 1975, quando se passou a encarar o espaço rural, segundo uma perspectiva abrangente. Essa nova linha de pesquisa derivou de uma consciência de que o problema agrário não poderia ser analisado apenas com uma abordagem restrita às características internas ao estabelecimento rural, mas que deveria ser tratado dentro de um contexto mais amplo, que procurasse explicar a estrutura espacial da agricultura brasileira. (2006, p. 8-9).

Estudar a repartição dos fenômenos no espaço brasileiro e relacionar as variáveis que contribuíam para essa configuração foi o ponto inicial para a introdução do método dialético nas pesquisas. Nele, os fenômenos são considerados em suas contradições, nas quais se relacionam escalas e estruturas sociais. É aí então que se esforça em pensar o espaço através da complexa e mútua relação entre as realidades locais e os fenômenos globais, a múltipla transformação do homem e da natureza, as trocas entre o sujeito e o objeto.

3. A concepção de camponês e o debate paradigmático

Com base nas diferentes concepções de camponês citadas por Bombardi (2008), destacam-se três tendências que marcaram o estudo da questão rural durante a evolução do pensamento geográfico: aqueles que concebem o camponês como um assalariado em potencial; os que acreditam no desaparecimento do campesinato e, ainda, o grupo que defende a manutenção da classe camponesa, fundamentados nas contradições do sistema capitalista.

A primeira linha de pensamento enfatiza a instauração de um modelo ideal de sociedade, especificamente o socialista, e afirma que para isto é fundamental que todos os trabalhadores, rurais e urbanos, se transformassem em assalariados. Nesse sentido, um dos requisitos para a implantação de um novo modelo social é unificar, igualar a classe trabalhadora, e fazê-la lutar por uma só causa.

Outro grupo de estudiosos defende que no processo de expansão capitalista, o campesinato desaparecerá por completo, restando apenas proletários. Autores dessa corrente realizam uma abordagem evolutiva do campesinato, contrapondo as categorias de camponês (tradicional) e agricultor (moderno). (WANDERLEY, 2003, p. 47). Logo, atribuem maior peso às rupturas na análise do rural e não às continuidades. Logo, o avanço das multi e transnacionais tornará inviável a reprodução campesina, formando sujeitos desprovidos das mínimas condições de sobrevivência.

Na perspectiva da continuidade, estudiosos como Wanderley tratam a questão agrária a partir da relação dialética entre as espacialidades tradicionais e modernas:

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada "sociedade englobante" laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. (2003, p.45).

Nesse sentido, toma-se corpo a terceira tendência paradigmática, na qual o campesinato é concebido como classe necessária ao sistema capitalista. Destarte, a contradição faz parte do próprio capitalismo e cuidará da reprodução do sistema camponês.

3.1 *O camponês no "Universo" do Agronegócio*

O termo agronegócio, de acordo com Bacha (2004), é a tradução do termo *agrobusiness* e diz respeito às atividades relacionadas com a agropecuária, que constituem o complexo agroindustrial ou sistema agroindustrial. O autor o define como conjunto de atividades vinculadas à produção e à transformação de produtos agropecuários e o dividi em quatro segmentos: o das empresas a montante (produtoras de insumos agrícolas), das empresas agropecuárias, das empresas processadoras de produtos e, enfim, das empresas distribuidoras.

O agronegócio chega como uma associação entre diversas atividades agropecuárias, envolvendo toda a cadeia de produção: desde a produção, o armazenamento do produto, à locomoção e venda da mercadoria.

São diversos os produtos derivados desse sistema, desde os mais tradicionais como grãos e animais "in natura", até cortes de carnes nobres, produtos industrializados como óleo de soja, empanados, leite pasteurizado e vários outros derivados de vegetais e de animais (MARQUES, 2013).

O acesso a inovações tecnológicas, como maquinários que otimizem a produção, constitui o fator principal que diferencia os produtores e a participação destes na dinâmica mercadológica. O agricultor moderno, aquele que utiliza de novas tecnologias no exercício da atividade agropecuária, ainda conta com uma importante ferramenta: a informação, que passou a ser rápida e cientificamente fundamentada.

O acesso rápido e fácil à informação auxiliou, antes de tudo, a adequação da produção à demanda e as exigências do consumidor, assim como interligou as diversas fases da produção, fazendo com que erros advindos de problemas de comunicação não ocorressem mais.

Mas, o que mais tornou esse sistema, global, foi a atribuição de valor às produções primárias, pois os preços dos produtos superaram os custos das atividades produtivas, consolidando a reprodução ampliada do capital (ANDRADE,1979). A partir da modernização da agricultura, sobretudo com a ação dos atores hegemônicos (Estado, grupos de empresas e mídia), houve a alteração nas relações de trabalho, no uso da terra, na produção agrícola, na dinâmica populacional.

Na questão socioambiental o agronegócio tem se mostrado mal sucedido, apresentando efeitos danosos ao meio natural, à distribuição de renda e sobrevivências das populações tradicionais. Práticas ilícitas por parte dos latifundiários, manutenção de propriedades improdutivas, reprodução da mais-valia, fazem com que o sistema agroindustrial responda hoje por uma atividade fundada sobre a sujeição da renda e do trabalho do produtor rural ao capital.

Numa racionalidade diferente, tem-se a produção agrícola baseada no trabalho familiar. O sujeito rural é detentor dos meios de produção e sua relação com a terra baseia-se no valor de uso, estabelecendo vínculos que ultrapassam a dimensão produtiva, formando laços de ludicidade e religiosidade (MARQUES, 2013).

A origem do conceito de camponês, de acordo com Marques (2008), está relacionada à realidade da idade média europeia. Porém, a formação do campesinato brasileiro guarda as suas peculiaridades advindas da exclusão planejada pelo capitalismo e pelo latifúndio escravista. No Brasil, o camponês esteve cotidianamente ligado ao movimento migratório, pois o acesso à terra sempre foi um problema social, por isso "o campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o

arrendatário, o pequeno proprietário etc.” (MARQUES, 2008 p. 60). Diante disso, camponês é, antes de mais nada, uma categoria política, que tem na luta pela terra seu principal jargão.

Há frequentemente a confusão conceitual entre camponês e agricultor familiar. Este último tem suas características centrais muito mais ligadas à questão produtiva e empreendedorismo, como se percebe pelas seis características básicas que definem a agricultura familiar: a gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família; os membros da família vivem na unidade produtiva. (GASSON; ERRINGTON, 1993, p. 20 *apud* ABRAMOVAY, 1997, p. 74). Sem a pretensão de adentrar nesta discussão, apenas ressalta-se que a categoria de agricultor familiar é, assim, criação de um modelo moderno de produção: o agronegócio.

4. Considerações finais

Como exposto no início do texto, a proposta de discussão incitada neste artigo centra-se na relevância de um debate conceitual dentro do fazer geográfico. Os pressupostos teóricos sobre o camponês referenciaram-se não à figura real do sujeito do/no campo, com o seu modo de vida e produção específico, nem ao agricultor familiar e as diversas possibilidades de práticas do seu sistema produtivo, apesar destes elementos aparecerem nos escritos. A questão central foi e é reforçar a dimensão teórico-metodológica da Geografia, contribuir para a abstração da realidade – o trabalho com as categorias de análise.

Diversas abordagens do rural e do camponês informaram, ao longo da história espacial do País, tendências e prioridades das camadas dominantes e gestoras, que por sua vez recaíram sobre a produção científica. Ter um discernimento conceitual é, nesse sentido, conhecer os interesses e ideologias que sustentam nomes, segmentos e grupos sociais.

45

5. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**. v. 11, n.2, p. 73-78, abr./jun. 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso: 14 ago. 2010.

ANDRADE, Manuel Correia. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuição à historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. *In: AGRÁRIA*, São Paulo, n. 8, pp. 99-121, 2008. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/>. Acesso em 16 de abril de 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. Texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais; tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FERREIRA, Darlene Ap. de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. *In: Terra Livre*. N. 16. São Paulo, 1º semestre/2001. p. 39-70. 233 p. Disponível em www.agb.org.br. Acesso em 10 de abril de 2012.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. *In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 3-11, ago. 2006. Disponível em www.seer.ufu.br. Acesso em 10 de abril de 2012.

HAESBAERT; R. PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 1970. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>. Acessado em: 17 de dezembro de 2013.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Ano 11, n. 12, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR>. Acesso: 15 set. 2010.

MARQUES, Ana C. O. **Espaço e Habitus no Sertão Goiano**: o povoado de Pouso Alto. Goiânia, 2013, 120 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel / Editora da USP, 1991.

MORAES, A. C.R. **Geografia- Pequena História crítica**. São Paulo: Hucitec. 1981.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 5. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. - (Coleção Milton Santos; 1).

SILVA, Rusvênia L. B. **Patrimônios: espaço e lugar**. Estudo das vilas de Cibele e Caiçara e seus conteúdos. São Paulo, 2008. 220 p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, p. 42-61. Disponível em <http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>. Acesso em 03/02/2013.